

43 NOVEMBRO  
2003 € 3

ARQUITECTURA E VIDA

**EVENTO** Conferência Anual da AV  
Requalificação urbana em debate

**ARQUITECTURA PAISAGISTA** Exposição retrospectiva  
Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian

**ATELIÊS** Souto Moura  
E o Douro ali tão perto



# SIDÓNIO PARDAL

## POR UM URBANISMO DE PRINCÍPIOS

### PROJECTOS

Museu de Angra do Heroísmo, Açores (José Lamas)

Sede do Banco Comercial Português, Lisboa (Diogo Lima Mayer e Rui Carvalho)

Habitação unifamiliar, Tróia (José Costa Pina)



5 601073 013512  
ANO IV NOVEMBRO 2003

# POR UM URBANISMO DE PRINCÍPIOS

Sidónio Pardal, arquitecto paisagista, urbanista e engenheiro agrónomo, professor da Universidade Técnica de Lisboa, tem desenvolvido uma actividade de investigação e ensino no domínio do Planeamento Urbanístico e da Arquitectura Paisagista e realizado projectos singulares em diversos locais no país, em que se destacam o Parque da Cidade do Porto e o Parque da Paz em Almada. Das obras publicadas salienta-se o Planeamento do Espaço Rústico e a coordenação dos quatro volumes das Normas Urbanísticas, que constituem uma referência teórica e crítica incontornável no domínio do Planeamento Urbanístico. As suas reflexões sobre a história da arquitectura paisagista representam um contributo importante para a leitura dos conceitos e padrões associados ao estudo e projecto da paisagem Entrevista de Rui Barreiros Duarte e fotos do entrevistado de Telmo Miller

**Arquitectura e Vida – Como vê no âmbito de intervenção no território a importância dos arquitectos, urbanistas e engenheiros?**

**Sidónio Pardal** – Aos profissionais que trabalham nestes domínios do planeamento do território são-lhes imputadas muitas culpas que não estão na esfera das suas responsabilidades. O problema da disciplina do território depende em grande parte da configuração do estatuto jurídico da propriedade imobiliária, da formação e distribuição das mais-valias, em suma, da regulação do mercado imobiliário. São matérias que remetem para os domínios do direito do urbanismo e da economia do território e que, infelizmente, estas especialidades entre nós não têm tratado com a necessária atenção e profundidade.

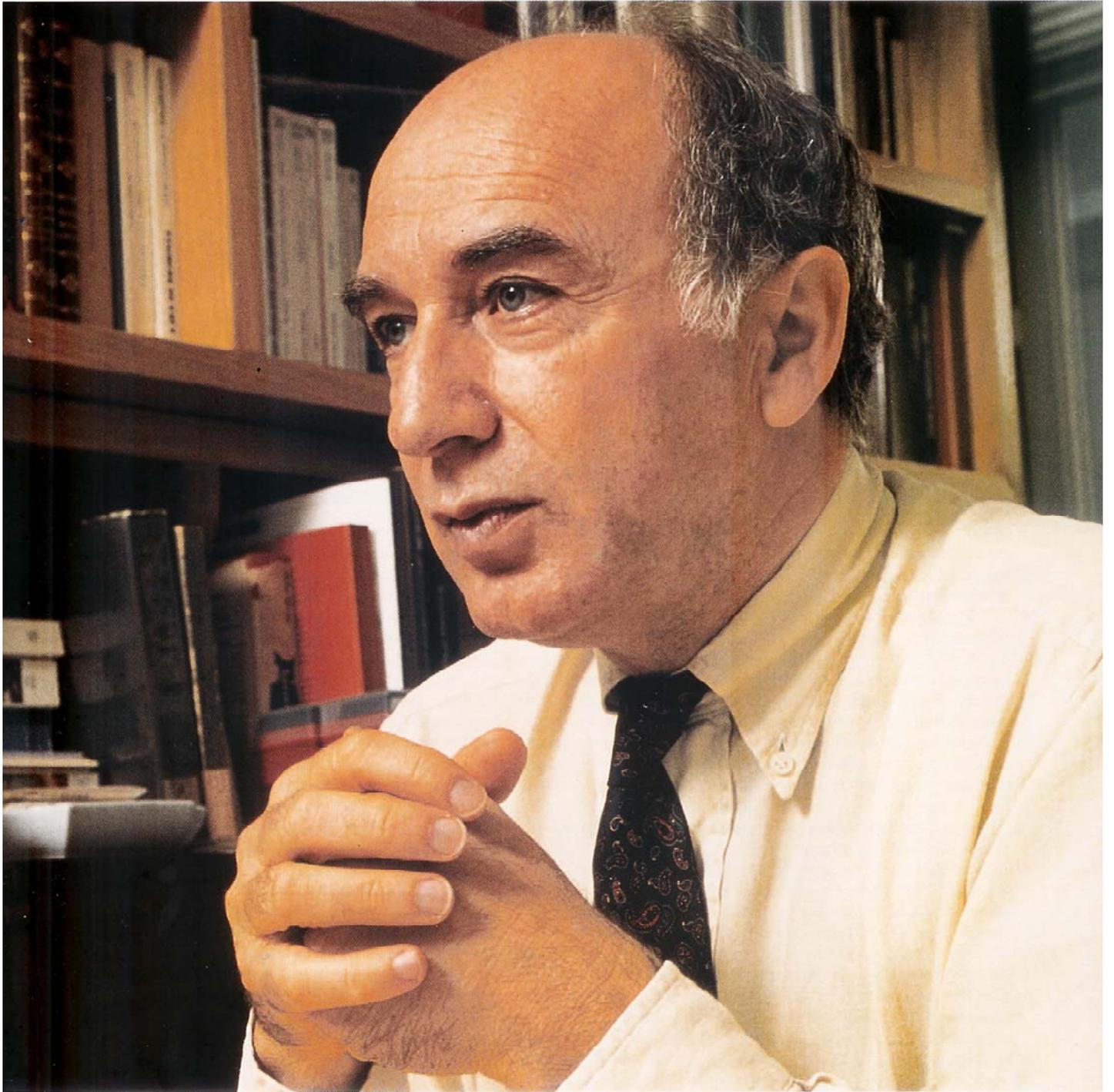
Este *deficit* de conhecimento teórico atrofia a prática do urbanismo e gera um clima de conflitualidade e, nesse contexto, não há condições para a realização de um bom trabalho.

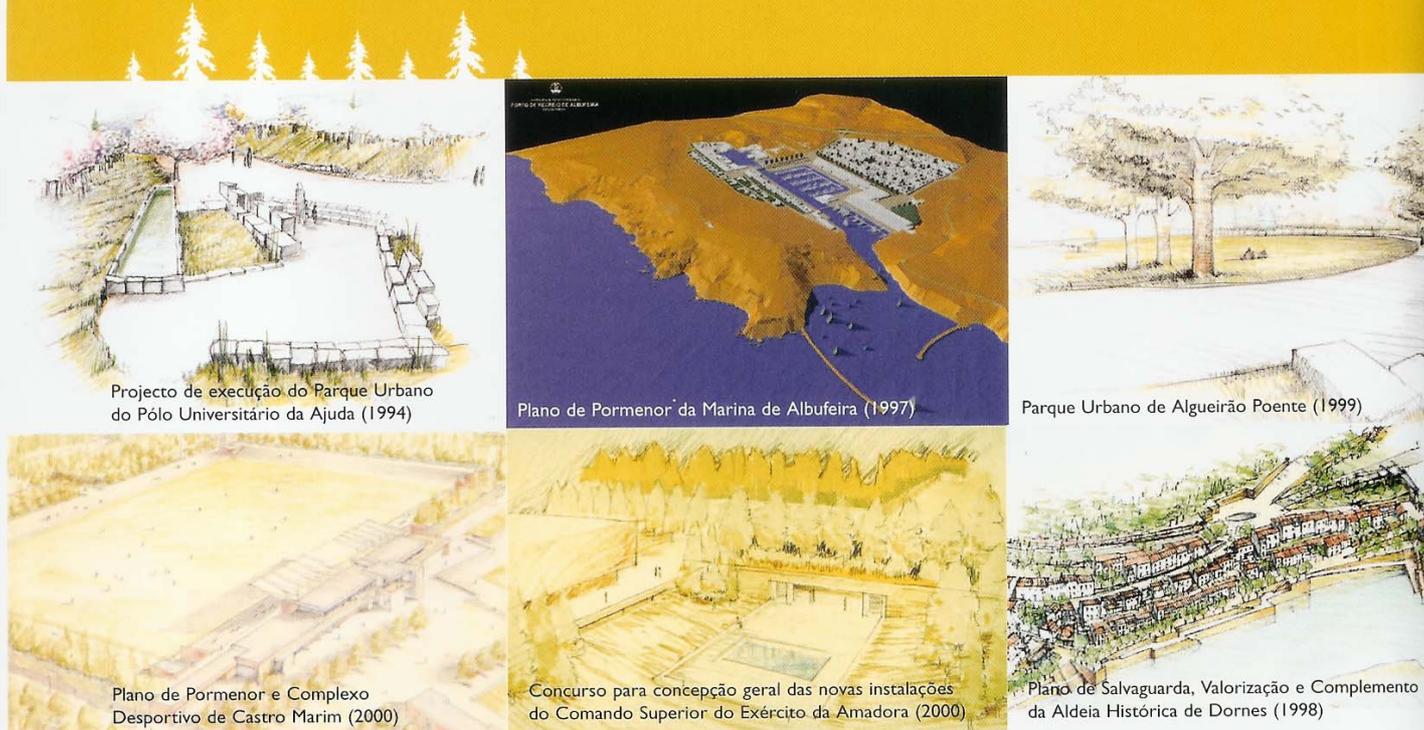
A encomenda dos planos e projectos tem, à partida, enquadramentos

programáticos errados. O urbanismo é um trabalho a ser realizado continuamente, essencialmente dentro dos serviços municipais competentes.

Cada cidade, cada unidade territorial, tem uma história, uma memória, uma documentação, e requer uma dedicação que passe o conhecimento e a experiência de geração em geração, contemplando a vivência dos sítios, sensível à identidade dos seus desenhos e composições arquitectónicas e paisagísticas, um trabalho calmo, contínuo, temperado com a sua poética própria, um acompanhamento até à concretização das obras que depois se prolonga nas tarefas de conservação, manutenção, e aberto a evoluções. Os serviços de urbanismo das autarquias não podem esgotar-se na burocracia processual. Os urbanistas necessitam de ter a mão treinada e a mente disponível para desenvolverem a capacidade de desenho urbano, e carecem de instrumentos claros que assegurem a regulação da economia do território. A prática do urbanismo foi subvertida por figuras estereotipadas de planeamento, de que são exemplo os PDM com as suas manchas cinzentas e







Projecto de execução do Parque Urbano do Pólo Universitário da Ajuda (1994)

Plano de Pormenor da Marina de Albufeira (1997)

Parque Urbano de Algueirão Poente (1999)

Plano de Pormenor e Complexo Desportivo de Castro Marim (2000)

Concurso para concepção geral das novas instalações do Comando Superior do Exército da Amadora (2000)

Plano de Salvaguarda, Valorização e Complemento da Aldeia Histórica de Dornes (1998)

índices injudiciosos, determinados fora do contexto de uma prática profissional clarividente. Todo este encadeamento de erros bloqueia a prática do urbanismo em Portugal.

**AV – Como vê a revisão dos PDM de 1.ª geração que as câmaras municipais estão a iniciar?**

SP – Algo tem que mudar para que as câmaras municipais e os seus autarcas se revejam nos seus PDM e se identifiquem com os seus conteúdos, o que de todo não acontece actualmente porque estes planos não correspondem a programas emergentes da vontade política dos municípios. Pelo contrário, os PDM em vigor configuram-se como verdadeiros coletes de forças que constroem negativamente a administração do território, com base em condicionantes deslocadas como a RAN (Reserva Agrícola Nacional), ou mesmo absurdas como a REN (Reserva Ecológica Nacional).

**AV – Como vê a substituição do conceito de “áreas urbanizáveis” pelo de “áreas urbanas programadas”?**

SP – As áreas urbanizáveis demarcadas nos actuais PDM, na prática, conferiram automaticamente a esses terrenos acréscimos de valor que complicaram significativamente a dinâmica do crescimento urbano e do próprio mercado imobiliário. Os PDM contribuíram para legitimar o agravamento dos preços do solo urbanizável, sem conferir às autarquias instrumentos reguladores do mercado. O conceito correcto estabelece que as áreas urbanizáveis devem corresponder a terrenos onde a câmara municipal, e só ela, pode seleccionar aqueles espaços que irão ser programadamente destinados à expansão efectiva dos aglomerados urbanos. Esta faculdade, que decorre do reconhecimento do carácter eminentemente público e municipal da competência de urbanizar, deveria informar o conceito de “área urba-

na programada”, o que não está claro na lei. Assim, não se sabe o que na prática irá significar “área urbana programada”.

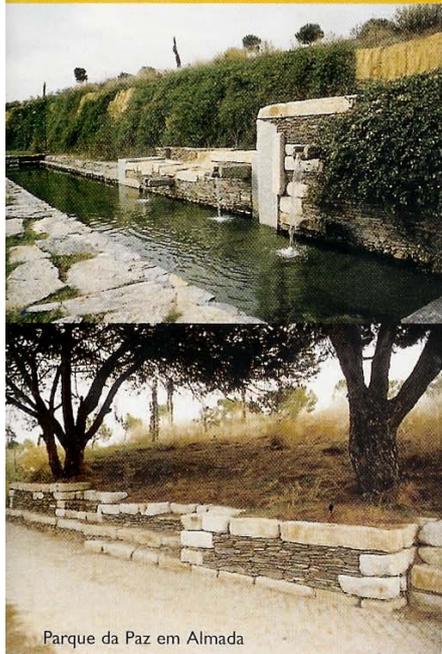
**AV – Não há também uma conjuntura económica e política, para além do desenho, em que a parte económica do mercado liberalizado tem um peso muito grande e determina muitas vezes as decisões políticas?**

SP – Os mercados livres são uma mistificação, porque todos os mercados operam dentro dos condicionamentos e das regras que a ordem política e económica vigente determina e permite. A responsabilidade é absolutamente do Estado, ao nível do seu poder legislativo e executivo. Há também uma responsabilidade académica quando, em textos pedagógicos, se insiste no erro de considerar o direito de urbanizar como uma prerrogativa do direito de construir: O *jus aedificandi*, a reconhecer-se como prerrogativa da propriedade privada, só pode ser tolerado no âmbito do uso já estabelecido no prédio, e que tenha sentido na esfera restrita da vida do seu proprietário, da sua vida privada e individual, à escala da sua família, e não pode nunca extravasar para operações que impliquem com deveres e encargos da administração local ou central. Isto é, ainda se pode admitir, ao nível teórico, que o proprietário de um prédio reivindique o direito de se abrigar, de habitar esse prédio, mas não se pode aceitar que esse proprietário invoque o direito de urbanizar e de construir espaços que se destinem a terceiros, originando um conjunto oneroso e imprevisto de encargos municipais, à margem da vontade da autarquia.

**AV – Não é essa confusão o húmus onde se alimentam muitos interesses e que serve de suporte à especulação imobiliária?**

SP – A especulação é uma patologia que conduz as economias para situações de insegurança e de incerteza, produzindo um efeito de bolha que,

A prática do urbanismo foi subvertida por figuras estereotipadas de planeamento, de que são exemplo os PDM



Parque da Paz em Almada



mais tarde ou mais cedo, rebenta e deixa um rasto de injustiça e frustração. O fluir oculto das mais-valias não é nada saudável, prejudica a economia do imobiliário, nomeadamente do sector da construção civil, e não dá segurança e estabilidade para o futuro.

**AV – Considera que há um excesso de crescimento urbano?**

SP – Fomenta-se a ideia de que o país está a ser inundado de betão, urbanizado em "mancha de óleo", e a coberto desse argumento, legitimou-se o predomínio da habitação colectiva, as altas densidades, os apartamentos exíguos em edifícios em altura, tudo isso em detrimento da habitação unifamiliar em urbanizações mais expandidas e desafogadas. A oferta da habitação unifamiliar, desde os fins dos anos 60, foi entregue aos loteamentos clandestinos com resultados catastróficos. Seria interessante analisar os discursos de alguns teóricos do urbanismo que promoveram esta política permissiva dos "clandestinos", a ponto de pretender legitimá-los com o argumento de que era uma forma dos pobrezinhos terem acesso à propriedade. Esta perversidade pragmática do discurso urbanístico foi gravíssima; marcou uma época triste.

A avaliação do parque imobiliário faz-se por segmentos de usos, de preços e de localização. Haverá segmentos com uma oferta excedentária e outros que pedem desenvolvimentos, não apenas em quantidade, como é o caso de alguns produtos destinados ao turismo, principalmente a procura internacionais.

No que diz respeito ao parque habitacional, construído nas últimas décadas, uma grande parte é de má construção e está a degradar-se rapidamente. É um problema sério, pois muitas habitações duram menos do que a dívida contraída para a sua compra.

**AV – Não haverá uma clivagem entre o que é a habitação colectiva social – e a possibilidade das famílias mais carenciadas terem acesso à propriedade –, com a ideia de que a vivenda corresponde a uma tipologia burguesa?**

SP – Não só as famílias pobres mas também uma parte da classe média foram acantonados em guetos desenvolvidos em grande parte pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH). As classes mais abastadas e uma parte significativa da classe média compraram apartamentos exíguos com empréstimos bancários e, convenhamos, que também não estão muito bem alojados. Há uma insatisfação em todas as classes sociais no que diz respeito à paisagem urbana e rústica que construímos nas últimas décadas. Há algum mal-estar com o país que se está a construir, e isso está patente nos discursos da opinião pública sobre o território.

**AV – Como interpreta a procura de segunda habitação?**

SP – Haverá uma procura normal, mas há outra que não o é. Muitas famílias que, há 20 ou 30 anos compraram um pequeno apartamento como primeira habitação onde vivem sem desafogo, hoje não têm dinheiro para comprar uma primeira habitação confortável, que custa 70 ou 80 mil contos, ou mais, mas têm capacidade para comprar uma segunda habitação, até como forma de entesouramento de pequenas poupanças.

Estas famílias, ao fim-de-semana, vão para o inferno da segunda habitação, deixam a cidade – que é óptima ao fim-de-semana com a sua cultura, o seu melhor – e sujeitam-se às sevícias do trânsito para chegar à segunda habitação, limpar a casa, e, quando tudo começa a ficar fruível, têm de regressar outra vez na fila do domingo à tarde para a primeira habitação. O urbanismo devia reflectir sobre estas questões



Projecto de execução do jardim público da Pampilhosa (2001)

Projecto de ordenamento florestal e paisagístico do Vale do Rio Viques (2000)



Projecto de espaços exteriores para a Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira (2000)



Parque Urbano do Vale do Forno (1999)



Parque da Cidade do Porto (1982)

e ajudar a esclarecer as pessoas.

AV – Há uma outra vertente que tem também a ver com a segunda habitação, que são as grandes urbanizações turísticas, sobretudo no Algarve, como na Quarteira, e que não são um contraponto à cidade. Quando se criam essas disponibilidades de lazer de fim-de-semana ou por períodos mais alargados de férias, gosta-se de fruir de um espaço agradável e desafogado, com um bom enquadramento paisagístico e ambiental.

SP – A Quarteira é uma massa de construção amorfa que explora a proximidade da Marina de Vilamoura e de outros equipamentos turísticos. Nesse sentido, é uma urbanização oportunista e abusiva que se aproveitou das falhas e erros do sistema de política urbana e territorial vigente.

A partir dos anos 60, instalou-se um discurso pretensamente vanguardista que cortou com as referências dos conjuntos urbanos de vilegiatura como Sintra e mesmo o Estoril, a Granja, a Aguda e as estâncias termais como o Luso, Curia, Pedras Salgadas, Caldas do Gerês, entre outras. Nos fins dos anos 70, com a generalização das férias como um direito, gerou-se uma repentina procura das praias e não houve uma resposta urbanística feliz para esta procura. Avançou a especulação imobiliária, aproveitando-se também de um contexto inflacionista que tornou o entesouramento em imóveis um refúgio para as poupanças.

AV – O desconhecimento do que são as quintas de vilegiatura também pode corresponder a uma falta de estratégia urbanística e turística para recuperar este modelo?

SP – Sintra no seu melhor tinha casas que eram segundas residências apalaçadas ou mesmo palácios. Tinha também um tecido habitacional humilde mas com identidade e valor arquitectónico, de que são exemplos São Pedro de Sintra, Colares e outros sítios que são referências a visitar ao nível

da composição do desenho urbano. Mas, nas universidades, os alunos são quase que instruídos e catequizados que aquilo não é mais revisitável, são memórias perdidas sob pena de se cair fatalmente no kitsch e no pastiche, o que não é verdade.

Os grandes arquitectos e urbanistas que a história regista afirmaram-se por um trabalho subtil e informado sobre as tradições de bem construir. Inovam mais no rigor da proporção, ao nível dos detalhes, de elementos de funcionalidade, e não tanto na inovação plástica absoluta, o que acontece mais numa arquitectura experimental.

AV – Como se caracteriza o mercado imobiliário destinado ao turismo?

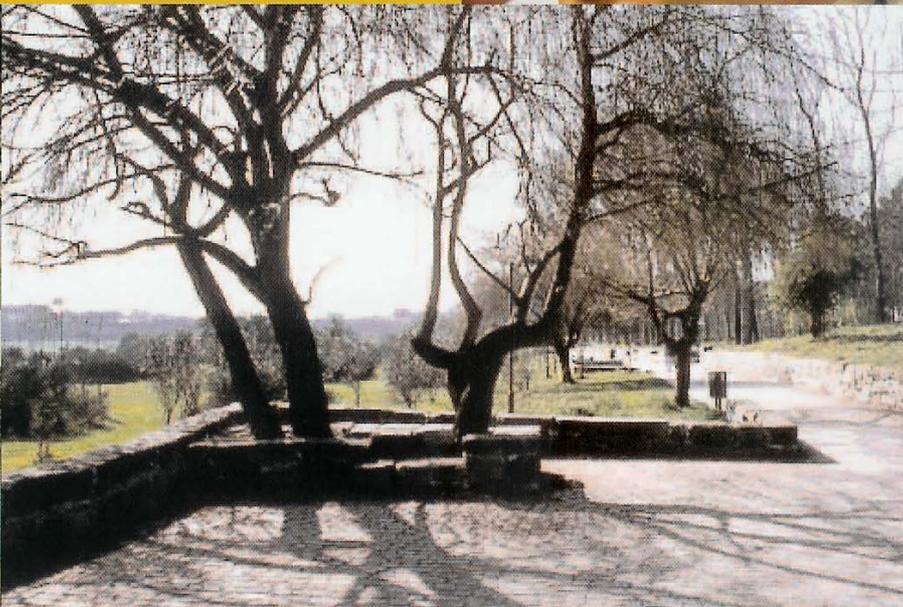
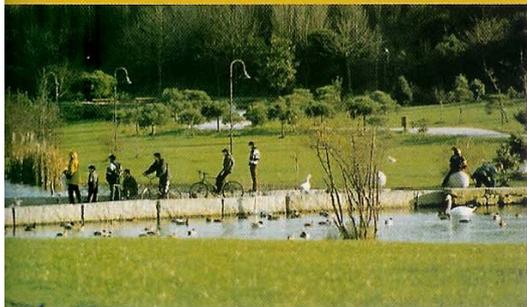
SP – O discurso oficial do turismo ao nível urbanístico privilegiou obsessivamente a cama de hotel, e a moradia turística foi, e ainda é, em alguns sectores, considerada uma coisa negativa marginal ao uso turístico. Essa visão está completamente desfasada da realidade económica e receio que percam as vantagens que o país tem como destino turístico. Uma política esclarecida para o turismo tem que distinguir os promotores reais, capazes e consequentes, dos falsos promotores, que surgem com projectos de empreendimentos virtuais que nunca irão ser realizados.

AV – O urbanismo está subjugado aos interesses dos negócios imobiliários, sem espaço para a arte de desenhar a cidade?

SP – As dinâmicas de apropriação e transformação do território obedecem sempre a lógicas económicas, a complexas redes de interesses. Compete ao planeamento urbanístico explicitar as políticas de solos que estão em vigor; proceder à sua avaliação crítica e conceber modelos alternativos mais evoluídos.

Acontece que nos planos, como estão a ser desenhados, a componen-

A coberto da ideia de que o país está a ser inundado de betão, legitimou-se o predomínio dos apartamentos exíguos em edifícios em altura



Parque da cidade do Porto (1982)

te económica é ocultada, o assunto é completamente omitido, não há análise da formação dos preços dos solos e dos espaços edificados para os diversos usos e segmentos de mercado.

**AV – Considera que há um conhecimento generalizado do modo como funciona o negócio especulativo?**

SP – Quem opera nas camadas do processo sabe bem como se fazem as contas, mas, curiosamente, a opinião pública e muitos técnicos e responsáveis políticos não têm um conhecimento aprofundado sobre a estrutura económica do território. A correspondência entre a classificação dos usos do solo, a especificação dos direitos de urbanizar e construir, as mais-valias e os segmentos de mercado é a chave do problema.

**AV – Regressando à questão de desenho da cidade, quais são hoje as referências?**

SP – As condicionantes programáticas da encomenda são importantes, mas no domínio do desenho urbano tudo depende do mérito do urbanista, da sua capacidade de conceber e projectar os espaços urbanos, e também as paisagens agro-silvo-pastoris que constituem um desafio da maior relevância que tem sido desprezado. A educação nestes domínios deve alicerçar-se sobre os padrões de casos exemplares, o conhecimento científico, a erudição das artes e suas obras de referência, a memória histórica e o convívio com a tradição. O fomento demagógico da criatividade ignorante, sem alicerces, é um drama do ensino contemporâneo das arquitecturas e do urbanismo.

**AV – Considera criticáveis as intervenções dos sectoriais das especialidades como o trânsito ou o direito que distorcem os equilíbrios interdisciplinares?**

SP – O projecto de vias que rasgam os tecidos urbanos de forma bru-

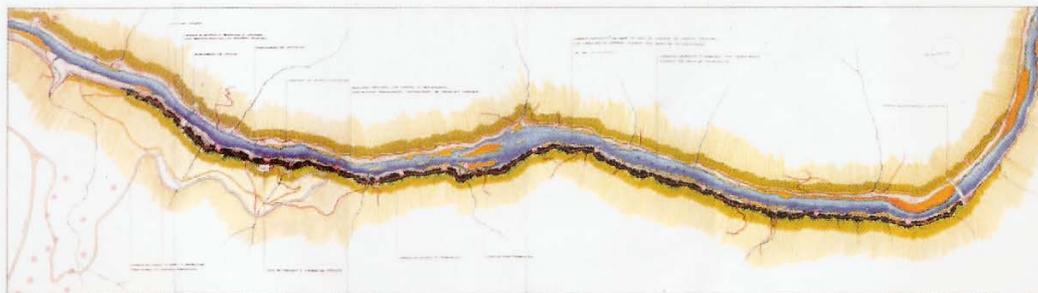
tal arrasando tudo à sua frente, insensíveis à vida urbana e à paisagem, é sempre um drama. Estas especialidades adquirem um estatuto de preponderância de poder devido às fraquezas do urbanismo, e, perante a sua desorganização, o poder político, pragmaticamente, socorre-se daquelas especialidades para fazer obras de emergência e proteger os seus actos, numa base de legitimidade formal, à margem da justeza urbanística dos conteúdos.

A expressão estética, a beleza dos sítios e a emoção arquitectónica são predicados indiscutivelmente desejados, mas não o são menos a funcionalidade, o conforto dos espaços, a robustez das construções, a eficiência das infra-estruturas e a coerência do sistema urbano no seu conjunto. Num urbanismo em que, às primeiras chuvadas, as caves dos edifícios são inundadas, algo está mal! O mesmo se pode dizer de edifícios considerados como obras primas da arquitectura e que, ao fim de uns meses, apresentam sinais de degradação e onde as pessoas não gostam de estar:

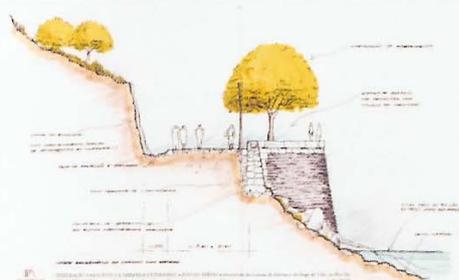
**AV – Como vê hoje a obsessão de acrescentar constantemente a novidade através de imagens, numa condição de afirmação mediática que não dá espaço nem tempo para a reflexão crítica, ignorando a essência das questões e neutralizando a capacidade de passar um testemunho cultural?**

SP – Esse é um dos produtos mais negativos da pós-modernidade que, por princípio, ou melhor, à revelia de princípios, se submete à ditadura do *marketing*. De facto, muita da arquitectura feita nas últimas décadas é dominada por um trabalho gráfico mais assente na imagem dirigida ao *marketing* do que sobre o objecto arquitectónico, que tem na essência o espaço, a sua vivência confortável e colocado num contexto economicamente sustentável.

**AV – Temos a imagem contra o sítio, o *marketing* contra a cultura. São**



Projecto de integração paisagística do Parque de Gravuras de Foz Côa (2001)



Plano de Pormenor do Parque Urbano da Póvoa de Varzim (1997)



Reabilitação de espaços públicos e loteamento na Torreira (1997)

superficialidades que se colocam no lugar da arquitectura?

SP – As pessoas mais atentas e avisadas que andam à procura de casa dificilmente encontram nas novas construções a poética da arquitectura e da habitabilidade que têm os tecidos mais antigos. Mas, ao mesmo tempo, os novos edifícios têm infra-estruturas muito mais confortáveis devido principalmente à evolução tecnológica. Os edifícios mais recentes são também prejudicados pela sua contextualização urbana. Há que distinguir a questão urbanística da questão arquitectónica e trabalhar sobre as suas interdependências.

AV – A rua, a praça, o bairro, as diferentes escalas urbanas cada vez se desagregam mais, descaracterizando a cidade e perdendo-se a vivência. Hoje também pouco se investiga na recuperação das casas-pátio – tirando o caso da Malagueira e poucos mais –, ficando um urbanismo de lotes a que faltam elementos de agregação.

SP – Eu privilegio muito a praça e a rua. O conceito de pátio teve várias evoluções, algumas das quais associadas a tipologias muito conotadas com bairros sociais, de inspiração foureana. As “ilhas” do Porto e as “vilas” de Lisboa, as “vivências” da Cidade do México, publicitadas nos anos 70, pelo romance *Os Filhos de Sanches* de Oscar Lewis, que influenciaram muito a arquitectura dos edifícios em galeria promovidos pelo Fundo de Fomento da Habitação, constituem um domínio de inspirações associadas a uma base ideológica que, frequentemente, resvala para a segregação social. Mas nem sempre, como acontece com a Vila Berta e a Vila Sousa, que são exemplos interessantes, em Lisboa. Em Inglaterra, no séc. XVIII e XIX, os *crescents* e os interiores de quarteirão informalmente ajardinados estruturaram unidades de vizinhança, inspiradas no conceito tipológico de pátio,

com uma expressão de grandeza notável.

AV – Para além de todos os aspectos conjunturais que levam a um mau desenho urbano, há que recuperar padrões de morfologia urbana. Sem estas referências não saímos do actual estado de confusão.

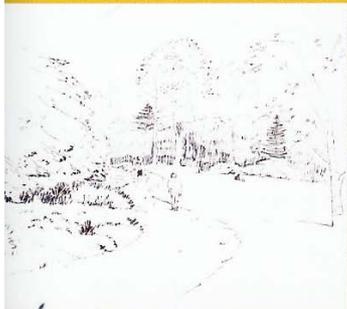
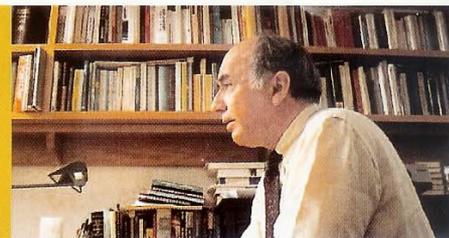
SP – Uma das condições fundamentais para que o urbanismo seja consequente na qualidade, passa muito pela escala a que ele opera. Sem a oportunidade de planear a expansão dos aglomerados no contexto do Plano Geral de Urbanização fica muito comprometida ou mesmo perdida a faculdade de fazer bom urbanismo.

AV – Não acha que a maior parte das vezes não há uma preocupação dos promotores – sejam eles públicos ou privados – em exigir qualidade, procurando profissionais com capacidade de desenho e estratégias que qualifiquem o habitar?

SP – Algumas câmaras municipais já conseguem ter arquitectos, urbanistas e engenheiros disponíveis para o plano de pormenor e o projecto. Isto começou a aparecer um pouco com os GAT e hoje já há grupos de profissionais que estão mais libertos da burocracia e disponíveis para um trabalho conceptual. Começam a aparecer exemplos de obras bem elaboradas, reveladoras de sensibilidade urbanística, o que nos dá alguma esperança. Creio que era importante sensibilizarmos as câmaras para investirem mais nesses serviços.

A crítica dos resultados das urbanizações das últimas décadas terá de ser feita para sabermos, de forma clara, o que se passou. Na nossa conversa estamos muito à-vontade a fazer uma crítica global do sistema, mas fazer uma crítica particular a exercícios de urbanismo em concreto é um desafio trabalhoso. Um dos obstáculos ao desenvolvimento do urbanismo

Nos planos, tal como estão a ser desenhados,  
a componente económica é ocultada. Não há análise  
da formação dos preços dos solos



Parque da cidade do Porto

em Portugal é formar a consciência dos percursos errados trilhados.

**AV – Considera que as universidades deveriam – dentro da especificidade dos cursos que há de Arquitectura e Urbanismo – relançar, investigar e trazer ao debate e para a crítica este tipo de questões que no fundo configuram o nosso percurso?**

SP – A universidade é uma instituição como as outras. As instituições do nosso país, nomeadamente as da Administração Pública, entraram em decadência nos anos 60 e o funcionalismo público entrou em degradação. O pessoal auxiliar foi o primeiro a sair; tinha ordenados de miséria, foi assim que descalçaram a Direcção-Geral das Florestas que deixou de ter capacidade operacional de campo. O Instituto de Estradas ou a Junta Autónoma das Estradas também perdeu a sua capacidade operacional de campo, ficando dependente, em excesso, de serviços particulares. Por aí fora, todos os serviços públicos têm grande dificuldade em se sustentarem, em conservar as suas memórias, os seus saberes e as Universidades padecem também deste mal que é urgente resolver: Hoje, às universidades falta a dimensão simbólica e solene até nos seus rituais. Há uma crise de identidade. Avalio muito as universidades observando como são tratadas e utilizadas as suas bibliotecas. No contexto actual, o ensino superior tem uma missão ingrata que consiste em ocupar a totalidade da juventude, retardando a sua entrada no mercado de trabalho. A sociedade necessita de um sistema educativo que ocupe os jovens até aos vinte e muitos anos e a universidade foi conduzida para esta missão de uma forma ainda não completamente consciencializada. Daí podermos dizer que há várias dimensões e missões dentro do espaço universitário que se confundem.

**AV – Como vê hoje a formação em Arquitectura e no Urbanismo?**

SP – Salvo as faculdades de Medicina, que fazem a ligação à realidade prática profissional, as outras universidades, como as de Engenharia, Arquitectura e Urbanismo, perderam completamente o espaço que permite ao mestre transmitir o conhecimento ao discípulo. Só se pode aprender Urbanismo e Arquitectura trabalhando com o mestre, seguindo-o no acto de projectar.

Ao observar como o mestre faz, o discípulo vai des cobrindo a sua maneira de fazer; porque nestas matérias o essencial não é explicitável em manuais. O essencial do urbanismo acontece na prática, no acto de conceber e desenhar. Esse exercício de aprendizagem é lento, desenvolve-se ao longo de muitos anos.

O urbanismo não se ensina sequer ao ritmo da Medicina, é ainda muito mais lento, e depois há aquela dependência em que o aluno, para adquirir maturidade, tem de confrontar-se com a execução dos planos em que participou, que lhe trazem muitas surpresas, porque no início idealiza-se uma coisa em desenho e depois na obra é diferente. Essa confrontação entre a escala do papel e a escala real da execução é essencial para a aprendizagem, e as universidades neste momento estão a perder – se é que alguma vez a tiveram em absoluto – a capacidade de ensinar: A Arquitectura e o Urbanismo foi um saber sempre mais transmitido nos gabinetes dos mestres do que propriamente nas universidades. Também há universidades – principalmente nos EUA – que, numa atitude muito saudável, têm mestres para dirigir o curso que vão lá durante um ano ou meio ano exporem-se perante turmas, e quem dirige o curso não é um professor de carreira nem é um arquitecto doutorado. O percurso profissional deve ter prevalência no acto de ensinar a fazer: ■